Bloqueio é arma da oposição

A política salarial continua, portanto, sendo a razão das obstruções à votação da LDO. O PMDB e o PSDB, que reforçavam os partidos de oposição nesse embate, não mais a condicionam às sessões do Congresso, mas fizeram insistentes apelos ao senador para que marcasse uma sessão no Senado Federal, a fim de votarem o projeto.

Ainda que reduzidos em número de parlamentares e siglas partidárias, os partidos de oposição garantem que vão obstruir as sessões até que a política salarial seja votada. Se aprovada, a nova lei salarial será encaminhada ao Palácio do Planalto. Se emendada retorna à Câmara e a pressão se repete, pois tudo deve acontecer antes da próxima sessão do Congresso. Se rejeitada, no Senado ou posteriormente na Câmara, votam a LDO e retomam as respectivas campanhas eleitorais.

O projeto de lei que estabelece uma nova política nacional de salários é de autoria do líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS) e outros nove líderes partidários da Câmara dos Deputados, inclusive governistas. Aprovado naquela Casa por conta de um descuido dos líderes do PFL e PTB, foi encaminhado ao Senado, onde ganhou o número "61".

O ponto de discórdia, agora, é que o projeto traz de volta a indexação de salários que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, não admite em hipótese alguma, o que fez os líderes que apóiam o Governo recuarem, ainda que não o suficiente para rejeitá-lo. Às vésperas das eleições, todos buscam os votos dos assalariados. Os líderes governistas ainda tentam sensibilizar o presidente Collor a ceder pelo menos para os menores salários.